



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

LEI Nº 3.668, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a proibição de publicidade relacionada a apostas esportivas, "bets", jogos virtuais de cassino e outras modalidades de jogos de azar em espaços públicos do Município da Estância Turística de Barra Bonita e dá outras providências.

MANOEL FABIANO FERREIRA FILHO, Prefeito da Estância Turística de Barra Bonita, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida, em todos os espaços públicos do Município da Estância Turística de Barra Bonita, a veiculação de qualquer tipo de publicidade relacionada a:

I – Apostas esportivas (conhecidas como "bets");

II – Plataformas virtuais ou físicas de jogos de cassino;

III – Quaisquer modalidades de jogos de azar, entendidos como aqueles que envolvem aposta em resultado incerto, tais como jogos de sorte, roleta, caça-níqueis, pôquer, bingo e similares.

§ 1º Para fins desta Lei, consideram-se "espaços públicos" aqueles de titularidade ou uso coletivo, tais como praças, parques, vias públicas, terminais de transporte, quadras públicas, ginásios, estádios, centros esportivos e culturais, bem como os mobiliários urbanos (bancos, postes, pontos de ônibus, muros, relógios digitais, painéis, telões, entre outros).

§ 2º A vedação prevista no caput aplica-se também a publicidade veiculada em eventos realizados em espaços públicos, ainda que promovidos por entidades privadas.

§ 3º A vedação prevista neste artigo não se aplica aos casos em que o agente operador de apostas esportivas ou jogos virtuais for o patrocinador oficial de evento ou competição esportiva devidamente autorizada pelo Poder Público, desde que a publicidade esteja restrita ao local e período de realização do evento.

§ 4º Fica igualmente excluída da proibição a veiculação de publicidade em uniformes das equipes participantes de partidas, torneios ou provas esportivas, quando o agente operador for patrocinador oficial, limitada a um único anunciante por equipe.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

§ 5º Em todas as hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, os agentes operadores deverão incluir, de forma visível e destacada, mensagens de utilidade pública relativas à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas:

I – Advertência por escrito, na primeira autuação;

II – Multa administrativa no valor de 56 (cinquenta e seis) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESP's, em caso de primeira reincidência;

III – Multa em dobro do valor previsto no inciso II, em caso de segunda reincidência;

IV – Suspensão, por 3 (três) meses, do alvará de publicidade ou da autorização para uso do espaço público, no caso de terceira reincidência.

§ 1º As penalidades serão aplicadas sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, conforme o caso.

§ 2º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a, por meio dos órgãos competentes, regulamentar e fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita,
31 de outubro de 2025.

O Prefeito,

MANOEL FABIANO FERREIRA FILHO

Publicada no átrio desta Prefeitura, nesta data.

ANTONIO SERGIO PERASSOLI FILHO
Secretário Municipal de Governo